



Aproximação da crítica literária para pensar a crítica jornalística como recurso de instrução para o público de notícias

Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida¹.

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este ensaio parte da hipótese de que a crítica jornalística é um importante recurso de instrução para o público de notícias, principalmente, no atual contexto em que discursos falsos, autointitulados de notícias, ganham cada vez mais espaço na circulação das informações. O estudo se apoia na familiaridade entre a literatura e o jornalismo com o objetivo de identificar nas características da crítica literária a potencialidade pedagógica da crítica jornalística. A reflexão se apresenta em duas sessões, sendo a primeira dedicada a compreensão das características substanciais da crítica literária e a segunda debate a crítica de mídia noticiosa no Brasil.

Palavras-chave: crítica jornalística; crítica de literatura; notícia

1. Introdução

A crítica sempre esteve presente no jornalismo. As folhas de jornais e revistas acolhem críticas dos mais diferentes campos. A relação entre essas críticas e o jornalismo se consolidaram ao ponto do termo crítica de jornalismo se confundir com um texto de crítica de arte (cinema, literatura, teatro) ou uma crítica política veiculada por algum produto jornalístico. Este ensaio debate sobre a crítica de literatura em

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e graduada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: gabicalmeida@gmail.com

relação com a crítica de jornalismo para tentar fortalecer o significado de crítica no campo do jornalismo.

Parte-se da hipótese de que a crítica jornalística é um importante recurso de instrução para o público de notícias, principalmente, no atual contexto em que discursos falsos, autointitulados de notícias, ganham cada vez mais espaço na circulação das informações. Para tanto, o estudo se apoia na familiaridade entre a literatura e o jornalismo com o objetivo de identificar nas características da crítica literária a potencialidade pedagógica da crítica jornalística.

A reflexão se apresenta em duas sessões, sendo a primeira dedicada a compreensão das características substanciais a crítica literária a partir dos quatro momentos sugeridos por Durão (2016) como os centrais para essa crítica. A segunda revisa o desenvolvimento da crítica jornalística no Brasil com objetivo de identificar suas características.

2. As características da crítica literatura

A história da crítica é marcada por conflitos. A oposição entre verdade e ficção, desenvolvida ao longo dos séculos VI e IV a.E.C², é, segundo Durão (2016), um dos embates que contribuem para a caracterização da crítica contemporânea. Na Grécia Antiga, as falas de determinados sujeitos, assim que proferidas, transformavam-se verdade absoluta e inquestionável. O aedo ou rapsodo ao declamar *Ilíada* e *Odisseia* contava a própria história do passado, sem ser levado em conta a falha na memória, pois essa estava estreitamente relacionada ao sagrado. A fala é democratizada nas assembleias militares, quando passam a depender do julgamento do grupo. É o processo de secularização da linguagem, “a passagem de uma fala de autoridade ligada ao sagrado para uma outra de natureza participativa” (DURÃO, 2016, p. 36). Surge, então, a filosofia como um saber apto a explicar o mundo e a crítica literária como um discurso necessário para explicar a literatura (DURÃO, 2016).

² “‘Era Comum’ e ‘antes da Era Comum’ são termos que visam fornecer uma nomenclatura não cristocêntrica de datação, substituindo ‘depois de Cristo’ (ou ‘Anno Domini’) e ‘antes de Cristo’”, (DURÃO, 2016, p. 31).

O período dos gregos é marcado pela reflexão filosófica e estética (MOISÉS, 1978). Porém, a secularização da linguagem não é imediata e aceita pacificamente. Como indica Durão, o platonismo, principal corrente de pensamento à época, apresentava diversos “elementos religiosos e a contemplação da verdade era menos uma metáfora do que um gesto concreto de visão” (DURÃO, 2016, p. 36). A partir de uma postura dedutiva, metafísica ou transcendente, Platão elaborou questões mais filosóficas do que literárias (MOISÉS, 1978). Para o filósofo, discípulo de Sócrates, existia uma diferença entre aparência e realidade, e, apenas os filósofos teriam a capacidade de visualizar a realidade, sendo que a maioria dos outros sujeitos alcançariam apenas as aparências do mundo (WARBURTON, 2012). É a ideia trabalhada no mito da caverna, na qual as pessoas, viradas para a parte interna da caverna, enxergam apenas as sombras do mundo externo projetadas na parede. Essa ideia sobre a aparência e a realidade é base para a teoria platônica das formas, que tem a ideia das coisas como elemento principal para o caminho da realidade (WARBURTON, 2012). Para conhecer uma cadeira é necessário transcender do objeto cadeira para a ideia cadeira, pensando as suas formas abstratas.

Embasado na sua teoria, Platão concebe *A República*, sua obra mais célebre. A república idealizada pelo filósofo era dividida entre três sujeitos: Os filósofos seriam os governantes, por conseguirem descrever o mundo a partir da realidade; os militares, responsáveis pela defesa; e os trabalhadores (WARBURTON, 2012). O lugar do artista e das artes na república era a exclusão.

Partindo da idéia de que a alma é anterior ao nascimento e posterior à morte, Platão adverte que a alma lembra das realidades primordiais, as idéias, que conhecia antes de corporificar-se. Ora, a poesia cumpriria a função de despertar o leitor ou ouvinte para a contemplação da beleza absoluta entrevista por seu criador. De onde o desempenho ético do poema: o seu desfrute pressuporia a elevação do ser para as transcendências, a superação da esfera inferior em que se situa (plano sensível) a fim de emigrar para a esfera superior, onde moram as idéias (plano inteligível). Platão postula também que as artes se classificam em menores, quando oferecem apenas o deleite, e nobres, nas quais se faz ouvir a voz dos deuses, através da ‘inspiração’ do poeta. Assim sendo, e considerando que a verdadeira realidade se encontra no mundo das idéias, o filósofo conclui que a poesia consiste numa falsidade, na imitação duma imitação, visto restringir-se à superfície das coisas. Daí entender que os poetas devessem ser

expulsos da república: falam precipuamente aos sentidos de cada um e podem, por isso, estimular a violação das leis éticas que regem o convívio humano (MOISÉS, 1978, p. 113-114).

Está implícito que o pensamento guiado pelas aparências dos sujeitos comuns também existia na estrutura de república proposta por Platão. Todos os trabalhadores e militares eram homens comuns sem a expertise dos filósofos para explicar a realidade. O pensamento das aparências, porém, seria extremamente controlado, na medida em que um indivíduo adulto da categoria de trabalhadores não poderia migrar para o nível de filósofos por não ter recebido educação adequada (WARBURTON, 2012). Essa barreira para a suposta elevação à classe dos filósofos era justificada como um impedimento de infrações das leis (MOISÉS, 1978). Além de ser uma forma de repressão, por se basear nessa perspectiva também para proibir o voto ao povo, é um ataque contra os poetas. A poesia, por ser uma representação da representação não existiria e, portanto, a crítica literária também não (MOISÉS, 1978).

Com postura indutiva e materialista, Aristóteles, discípulo de Platão, levantou reflexões propriamente literárias (MOISÉS, 1978) e se opôs ao mestre. O aluno negou a teoria platônica das formas e estruturou seu pensamento partindo do objeto para a ideia (WARBURTON, 2012). Ou seja, para conhecer uma cadeira é necessário observar uma cadeira real. Baseado em uma perspectiva ontológica, preocupado em dizer como as coisas são, Aristóteles tem em sua visão poética de dois polos: a moral e a beleza. Na sua Poética, o filósofo grego também fundamenta sua visão a partir do enquadramento das obras em gêneros literários e, principalmente, debate a importância da literatura para a sua época (MOISÉS, 1978). Ao estudar a poesia épica, lírica e dramática, o filósofo trabalhou o conceito de *mimesis* como o princípio de toda a poesia (SILVA, 2001). *Mimesis* ou *mimese*, segundo Ceia, significa

[...] “imitação” (imitatio, em latim), designa a acção ou faculdade de imitar; cópia, reprodução ou representação da natureza, o que constitui, na filosofia aristotélica, o fundamento de toda a arte. Heródoto foi o primeiro a utilizar o conceito e Aristófanes, em *Tesmofórias* (411), já o aplica. O fenómeno não é um exclusivo do processo artístico, pois toda actividade humana inclui procedimentos miméticos como a dança, a aprendizagem de línguas, os rituais religiosos, a prática desportiva, o domínio das novas tecnologias, etc.

Por esta razão, Aristóteles defendia que era a mimesis que nos distinguia dos animais (CEIA, 2010, s/p).

Ainda quando entende a arte como uma imitação da realidade, Aristóteles o faz de forma diferentes do pensamento platônico. Para ele, a imitação não é passiva, como acreditava Platão (CEIA, 2010), mas, sim, uma “[...] recriação, ou utilização de um processo estruturador semelhante ao que preside a Natureza” (MOISÉS, 1978, p. 114). O discurso em defesa da literatura permite a crítica surgir por duas razões: i. a existência da crítica é dependente da existência do objeto criticado. Assim ao defender a existência da literatura cria-se a possibilidade para a crítica; ii. para defender a existência da literatura faz-se necessário um discurso outro, que não a literatura, que a explique e justifique sua existência. Esse discurso, é a crítica. Um exemplo da crítica literária da Antiguidade é a obra *Alegoria de Homero*, de Heráclito³. Segundo Durão (2016, p. 39), “trata-se aqui de uma manifestação inicial, mas não a primeira, de uma escrita que viria a ter um longo percurso: a da defesa da poesia”. E, nesse caso, Heráclito defendia Homero dos posicionamentos de Platão sobre a poesia. Para tanto, o artifício usado para interpretar a literatura de Homero foi a alegoria (DURÃO, 2016), que significa “[...] ‘dizer o outro’, ‘dizer alguma coisa diferente do sentido literal’” (CEIA, 2009, s/p).

A contribuição da alegoria como artifício interpretativo de textos também foi importante no sistema de hermenêutica bíblica medieval, além dos níveis literal, moral e anagógicos (DURÃO, 2016). Como indica Durão, esse momento histórico reforçou a ideia de que “as palavras não precisam ser só o que são” (DURÃO, 2016, p.47-59). Ainda para o pesquisador, os escritos bíblicos se tornam enigmáticos ao longo do tempo, razão pela qual foi necessário leituras interpretativas capazes de trazer seu significado do passado para o presente, sendo também a hermenêutica bíblica um exercício crítico. As particularidades da própria Bíblia, enquanto uma obra, indicaram para a crítica literária algumas dificuldades na prática da exegese de um texto, como identificar as transformações que a língua pode sofrer com o tempo e no espaço. Como exemplo desse tipo de interpretação textual, Durão (2016) demonstra os níveis literal, alegórico, moral e anagógico na passagem sobre a travessia do Mar Vermelho. Assim sendo,

³Homônimo do filósofo pré-socrático (DURÃO, 2016).

A passagem de Moisés e dos israelitas pelo Mar Vermelho é literal, porque é vista como de fato tendo ocorrido, lida alegoricamente, ela anuncia e encontra sua plena significação como o batismo pelo qual Jesus oferecerá uma nova vida; no âmbito moral, ela sinaliza a persistência do fiel no caminho ante as dificuldades para alcançar a Graça; no plano anagógico, aponta para a passagem da vida para a morte e para a existência celestial após a morte (DURÃO, 2016, p. 56-57).

Nota-se a relação entre os níveis literal, moral e anagógico com o tempo. O literal leva o cristão ao passado, indicando o momento em que tal passagem aconteceu. O moral, encontra-se no presente do cristão e na sua vivência de fé. E, por fim, o anagógico, acalenta o cristão ao mostrar que a sua permanência na fé hoje será recompensada no futuro, para além vida, no encontro com o sagrado. O alegórico é atemporal. É a leitura para inserir o Cristo vivo no passado, no presente e no futuro.

A característica mais marcante da hermenêutica bíblica é sua capacidade de transição e significação da palavra no tempo e é também sua contribuição à crítica literária. Além disso, surge uma preocupação de fazer o público se identificar com o texto; entendê-lo ao ponto de conseguir perceber no seu cotidiano relações diretas com a palavra escrita na bíblia. Esse fato faz nascer a sensação de pertencimento, que foi, de maneira mais ampla, importante também no século XVIII e para o nascimento da crítica moderna.

Entre os séculos XVII e XVIII a burguesia lutava contra o Estado absolutista e dava início a criação de um espaço discursivo próprio e específico: a esfera pública (EAGLETON, 1991). E, como afirma Durão (2016), o conceito de igualdade foi uma das exigências humanísticas articuladas pela burguesia e a literatura foi importante nesse processo. O movimento de trazer a literatura do silêncio mórbido das bibliotecas para o burburinho dos cafés transforma a concepção e a recepção da literatura e, mais importante, torna-a acessível para a classe média e seu público leigo. “A literatura serviu ao movimento de emancipação da classe média como instrumento de aquisição de amor-próprio e de articulação de suas exigências humanas contra o Estado absolutista e uma sociedade hierarquizada (EAGLETON, 1991, p. 4). Assim, a crítica ganha papel de formação pedagógica desse novo público. Esse período é o marco da

crítica moderna (EAGLETON, 1991; KOSELLECK, 1999; DURÃO, 2016), que circulou predominantemente em periódicos jornalísticos e em cafés da Europa.

A crítica do século XVIII ainda não era crítica de literatura como concebida hoje, mas, sim, uma crítica cultural (EAGLETON, 1991). Era direcionada às artes e à literatura, sendo a primeira a colocar em oposição antigos e modernos e a conceber o tempo separado entre futuro e passado (KOSELLECK, 1999); à religião, que “[...] trouxe em suas múltiplas divisões a herança de uma história sagrada que foi retomada, das mais diversas formas, por uma visão de mundo voltada para o futuro”; e ao Estado absolutista, que “[...] contribui, à sua maneira, para estabelecer a visão utópica que a burguesia tinha da história”, (KOSELLECK, 1999, p. 14-15).

O processo de profissionalização da crítica aconteceu nesse período (DURÃO, 2016), ainda que não se possa falar de uma profissionalização nos moldes atuais (EAGLETON, 1991). Surgiam cada vez mais jornais e revistas especializados e intelectuais contratados para mediar o debate público, ou seja, exercer um dos papéis da crítica nos primórdios da modernidade. É do Iluminismo também a relação do significado de crítica com polêmica, quando todas as igrejas, alvo de críticas, passaram a associar os críticos e sua prática ao termo na tentativa de minimizar os resultados das interpretações dos textos bíblicos por sujeitos tidos como hereges. Também é característica da crítica dessa época o dualismo próprio do pensamento Iluminista, cabendo ao crítico ser “[...] um guia que sabe distinguir a verdade e a opinião, o direito e a autoridade, o dever e o interesse, a virtude e a fama” (KOSELLECK, 1999, p. 105). É o crítico o sujeito capaz de julgar a boa literatura e a ruim.

Com a virada para o século XIX a concepção da crítica literária muda e surge a ideia de obra. Para explicar essa mudança, Durão usa a metáfora do espelho (da arte como reflexo da realidade) e da lâmpada (a arte como um projetor luminoso) criada por Meyer Howard Abrams em *The Mirror and the Lamp* (1953). “A literatura viria a ser cada vez mais concebida como o resultado de uma subjetividade privilegiada, a do autor concebido como gênio” (DURÃO, 2016, p. 78). A ênfase no indivíduo é causa e efeito “[...] de uma **ruptura do elo aparente do texto e o mundo** que permitirá o surgimento de uma ideia de **obra** como totalidade contida em si, cada vez mais regida por

princípios que lhe são interiores, que ela impõe a si mesma e que conseqüentemente não podem mais ser ditados de fora” (DURÃO, 2016, p. 78 – grifos do autor).

Essas ideias acerca das características da crítica literária fundamentam a conclusão de que ela existe como um discurso que desmistifica e explica a literatura; que ela se apoiou em outras modalidades de exegeses textuais para fortalecer sua própria análise; que foi recurso de instrução do seu público que se formava; e, passou a se especializar.

Tais características substanciais são interessantes para pensar a crítica jornalística, principalmente a do discurso capaz de explicar a literatura e a de recurso de instrução do seu público são de relevância para o pensamento desenvolvido neste ensaio.

3. A crítica de jornalismo brasileira e suas características

As críticas ao jornalismo e o jornalismo surgem concomitantemente. Como meio de propagação da ideologia burguesa do século XVIII, o jornal era visto com maus olhos e alvo de críticas da nobreza. Assim, os registros de críticas ao jornalismo podem ser encontrados desde essa época. Contudo, são críticas pouco sistematizadas e guiadas por questões políticas que se preocupavam mais em desarticular a burguesia do que pensar o jornalismo e seu modo de produção, consumo e circulação.

No Brasil, as primeiras críticas ao jornalismo não partiram da nobreza. A razão para tanto é que jornais só passam a circular oficialmente no país com a chegada da família real, em 1808, e eram impressos na gráfica da realeza. Nesse período havia grande censura e os jornais eram utilizados como panfletos favoráveis à coroa, principalmente para dar à mudança de Portugal para a colônia razões heroicas (CANDIDO, 2000). Apesar do cenário pouco favorável para a crítica, pode-se destacar o nome de Hipólito da Costa, dono do jornal *Correio Brasílieze*, como um dos intelectuais desse tempo que foi crítico à Coroa. Contudo, as suas críticas eram direcionadas ao campo da política e não ao jornalismo. Os primeiros registros de uma crítica de jornalismo são do período do Império e um dos críticos desse tempo é o escritor e jornalista Machado de Assis (SILVA, 2005).

As crônicas machadianas, nas quais a imprensa é criticada, são divididas por Silva (2005) em dois momentos: (1) a crítica da juventude e (2) a da maturidade. Na juventude, especificamente no texto *A reforma pelo jornal*, publicado no periódico *O Espalho*, em 23 de outubro de 1859, Machado denota ao jornalismo brasileiro oitocentista a capacidade de popularizar saberes. O escritor “descreveu o jornalista como um personagem ímpar (um herói), motivado por vínculos de paixão e estoicismo que o levam à busca da verdade e ao exercício da profissão, entendida como ‘missão’ repleta de responsabilidade social” (SILVA, 2005, p. 11). Mesmo assim reconheceu que o jornalismo exercido no seu tempo não era suficiente para cumprir a missão de estabelecer o que ele chamou de *república do pensamento*. Era preciso primeiro uma reforma no próprio jornalismo. O momento da maturidade da crítica de Machado é marcado pela crítica ao sensacionalismo e abuso de poder dos jornalistas (SILVA, 2005). Para Silva (2005, p. 90), o escrito passa a se portar como um fiscal ético, preocupado com a qualidade da produção jornalística do seu tempo. A esperança de Machado para com o jornalismo enquanto uma instituição social capaz de formar leitores aptos para participar do debate público de maneira eficiente não desaparece. Mas, nesse momento de maturidade das suas crônicas (1884-1885) o jornalista e escritor percebe o desvio de conduta na prática jornalística.

Outro escritor que fez parte das redações de seu tempo e ficou também conhecido por suas críticas ao jornalismo foi Lima Barreto. Assim como Machado, Barreto entendia a potência do jornalismo para a formação do cidadão, mas não deixou de indicar o afastamento das práticas jornalísticas da sua responsabilidade social. Além de algumas crônicas críticas, como o caso de *Elogio da morte*, publicada no periódico *A.B.C*, em 1918, Lima Barreto dedicou seu primeiro romance, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de 1909, “[...] a diagnosticar os males da imprensa brasileira a partir da denúncia crítica dos deslizos morais que levavam os jornalistas a cometerem abusos de poder, ferindo, assim a ética” (SILVA, 2009, s/p).

Nesse período, a crônica e a ficção serviram de espaço para as críticas de jornalismo, principalmente sobre sua responsabilidade social. Eram críticas que se preocupavam com a ética e a qualidade do que estava sendo produzido. Para tanto, os críticos, que eram intelectuais e escritores atuantes nas redações do país, idealizavam

um modelo de jornalismo em busca de normas que elevassem a produção jornalística. Por razão da ausência de faculdades de jornalismo, eram críticas pouco sistematizadas e embasadas na própria prática dos críticos como jornalistas.

Esse cenário muda a partir do momento em que o jornalismo passa a adotar critérios para a sua produção. No Brasil, o primeiro registro de manual de redação é o elaborado em 1929 pelo antropólogo Gilberto Freyre para o jornal *A Província de Pernambuco*, a partir de uma releitura de *stylebooks* estadunidenses (BRONOSKY, 2010). Embora a iniciativa de Freyre não tenha vingado naquele momento, segundo Bronosky (2010), a contribuição do antropólogo vai além do campo prático e reflete também no campo científico ao reportar:

[...] um momento no qual se iniciava a participação de intelectuais e cientistas nos estudos em torno do jornalismo. Esses, de posse de conhecimento em áreas específicas (antropologia, história, direito, entre outros campos) passaram a pesquisar a/na imprensa. No caso de Freyre, embora a atenção fosse outra (estudos sobre a cultura regional), ele inovou ao considerar a imprensa um lugar que merecesse reflexão. De toda forma, essas pesquisas – específicas ou não – iniciaram um processo que, paulatinamente, contribuiu para colocar a comunicação e o jornalismo num estágio reflexivo (BRONOSKY, 2010, p. 27-28).

As mudanças mais efetivas na prática do jornalismo se concretizam apenas no fim da década de 1950 e começo da década de 1960, principalmente com a implementação dos manuais de redação da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil*. Nesse momento o nome de Alberto Dines tem destaque tanto para as mudanças do jornalismo como para a sua crítica. Como chefe de redação do *JB*, Dines se inspirou no *The New York Times*, especificamente no documento *Winners e Sinners*, para criar em 1965 os *Cadernos de Comunicação e Jornalismo*⁴. A produção do jornal estadunidense, segundo Dines, “era uma estratégia para circulação interna em que eles (os jornalistas do *Times*) discutiam em forma de crítica e de gozação os erros que tinham saído no jornal, as gafes cometidas e demais brincadeiras” (BRONOSKY, 2010, p. 39). A iniciativa brasileira teve como objetivo, segundo o próprio Dines, fornecer aos

⁴ “A publicação circulou com três nomes: nas seis primeiras edições saiu como *Cadernos de Jornalismo*. Em seguida, como *Cadernos de Jornalismo e Editoração* e, finalmente, como *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*” (JAWSNICKER, 2008, p.156). Assim como Jawsnicker, decidiu-se por adotar a última nomeação da produção por ser a mais conhecida e que manteve maior tempo de circulação.

jornalistas oportunidades para o seu aprimoramento ((JAWSNICKER, 2008). Além disso, inspirou outros jornais, órgãos e entidades ligadas à imprensa a produzirem material semelhante. Foi o caso do *Cadernos de Jornalismo* (1967), publicação do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre; do *Caderno de Jornalismo* (1967), publicado pelo *Jornal do Commercio* de Recife; e da *Bloch Comunicação* (1968), da Bloch Editores (JAWSNICKER, 2008, p. 155). Embora tenham durado pouco tempo, essas publicações foram precursoras para a crítica de mídia no Brasil (JAWSNICKER, 2008).

Na década de 1970 a crítica de jornalismo começa a ser mais sistematizada como um reflexo da própria criação dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil (PUC-SP, USP, UFRJ, UNB). Jawsniker (2008) destaca a coluna *Jornal dos jornais*, assinada por Alberto Dines e publicada na *Folha de S. Paulo* entre os anos de 1975 e 1977 como um dos espaços para a crítica. A nota de estreia da coluna, intitulada *A distensão é para todos*, anunciou o tom da crítica proposta por Dines, que pode ser exemplificado pelo trecho que diz:

No momento em que todos pedem mais debates, porque só estes é que fortalecem as instituições, cabe à imprensa mostrar que expor-se às críticas não é danoso, nem doloroso. A função da crítica responsável é estimular, elevar os padrões. Onde a crítica está vigilante, seja no campo das artes como no das ideias, a qualidade se eleva. Quando a crítica abranda, abre-se o caminho para a estagnação (Egypto, 2008, s/p).

Dines percebia na crítica de jornalismo um espaço de fiscalização do fazer jornalístico. Mas não só isso, era a crítica um caminho possível para ajudar os jornalistas a aperfeiçoarem suas práticas, a serem mais atentos para com a responsabilidade social do jornalismo e, conseqüentemente, potencializarem o poder de denúncia das reportagens em momento que o Brasil passava por uma ditadura. Com esse propósito, o jornalista, aparentemente tomado pela preocupação sobre qual o lugar da crítica e das definições do próprio sujeito do crítico, desenvolveu um longo trabalho de crítica de mídia no país.

Em 1994, Dines, junto ao Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nudecri) da Unicamp, funda o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) para elaboração de pesquisas e acompanhar a crítica de mídia (JAWSNICKER, 2008). Além disso, foi criado também por Dines, em 1996, o Observatório da Imprensa (OI)

(JAWSNICKER, 2008). A iniciativa é ativa até hoje e serve de exemplo para outros tantos observatórios criados posteriormente por universidades e instituições ligadas ao jornalismo.

Em síntese, pode-se afirmar que a crítica de jornalismo no Brasil é recente, tem como foco central regular as práticas jornalísticas e propiciar aos jornalistas recursos para aperfeiçoar seu trabalho. Além disso, embora as universidades sejam espaço fecundo para a crítica, as suas iniciativas ainda são escassas e não conseguem circular com maior facilidade entre um público amplo, que abranja também os consumidores de notícias.

4. Considerações finais

Ao comparar as trajetórias das críticas de literatura e de jornalismo, percebe-se características no campo da literatura que favorecem o exercício de um papel pedagógico. Primeiro, a crítica de literatura é majoritariamente descritiva, enquanto a de jornalismo é normativa. Uma hipótese para essa questão é o fato de que na literatura parte-se da unidade para o todo. Analisa-se uma obra literária para pensar a literatura. No jornalismo, a crítica faz caminho inverso. Analisa-se o todo do jornalismo para pensar a unidade, o como deveria ser a notícia. Assim, na literatura a crítica se aproxima mais do seu público consumidor e no jornalismo acaba se voltando para os profissionais da área e acadêmicos.

Outra questão é o espaço de circulação dessas críticas. A literatura, desde o século XVIII, publica críticas de obras literárias em jornais e revistas especializadas, o que torna o acesso a esse material mais amplo e com periodicidade suficiente para tornar a linguagem literária familiar para o público em geral. A crítica de jornalismo circulou em jornais principalmente no período do Império com as crônicas machadianas e barretianas. Atualmente, a crítica que circula nos jornais é a do *ombudsman*, pouco apreciada pelo público e voltada para os jornalistas de alguns jornais.

O jornalismo carece com urgência de um discurso que o explique e essa competência é da crítica. Mas, para tanto, a crítica de jornalismo precisa se consolidar como um campo de estudo. Primeiro, o campo do jornalismo precisa se apropriar dos

termos crítica de jornalismo e crítica jornalísticas para tratar de críticas que tem como objeto de análise um produto jornalístico. É comum, tanto no jornalismo como na literatura, o uso desses termos para tratar de críticas de obras literárias veiculadas em jornais e revistas. O que resulta em múltiplos significados que não ultrapassam o sentido ordinário da palavra. Assim, é fundamental a apropriação dos termos para a construção de um conceito de crítica no campo do jornalismo.

Além disso, os estudos sobre a crítica de jornalismo precisa explorar mais a relação dialógica entre a crítica e a teoria. Segundo Wellek (1963), na literatura, embora teoria e crítica sejam campos distintos, são extremamente dependentes, pois para ele “não se chegou às teorias literárias, aos princípios, aos critérios, partindo-se do nada: cada crítico desenvolveu sua teoria em contato [...] com obras concretas que ele teve de escolher, interpretar, analisar e, finalmente, julgar” (WELLEK, 1963, p. 16-17). As opiniões, classificações e julgamentos dos críticos são aparados, provados e exprimidos pelas suas teorias e, por sua vez, as teorias são provocadas, sustentadas e exemplificadas pelas obras de arte. Essa relação entre crítica e teoria pode auxiliar na construção de conceitos potentes para explicar o jornalismo, como, por exemplo, release e cobertura jornalísticas, e fortalecer conceitos que têm histórico de estudo no campo, como o de notícia e de acontecimento.

O intuito do ensaio não é negar a validade da crítica de mídia noticiosa que já existe. Mas, sim de fortalecê-la, tendo em vista sua dificuldade de explicar o jornalismo para o seu público. Uma sugestão para superar essa debilidade, é um modelo de crítica de jornalismo sincrônica e diacrônica em que se parte de uma unidade (uma cobertura de determinado tema, uma reportagem etc.) para o todo. Isso permite conduzir um diálogo entre a responsabilidade social da prática do jornalismo e o papel da crítica de educar o seu público. O movimento sincrônico isola o texto jornalístico para analisá-lo e realça o seu papel pedagógico ao nomear as particularidades do produto. O movimento diacrônico, por sua vez, amplia o texto jornalístico e suas especificidades em direção ao seu desenvolvimento histórico e ao cumprimento de sua responsabilidade social. Além disso, é também urgente pensar e construir um espaço de circulação para a crítica que seja acessível ao público que consome notícia.

Referências

- BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas**: estratégias de apropriação. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos 6. ed, v. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- CEIA, Carlos. Mimesis ou Mimese. **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**. 20 de jun. de 2010. Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/mimesis-mimese/>>. Acesso em: 15 de jul. 2020.
- CEIA, Carlos. Alegoria. **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**. 29 de dez de 2009. Disponível em <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/alegoria/>>. Acesso em: 15 de jul. 2020.
- DURÃO, Fabio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Nankin Editorial; Parábola Editorial, 2016.
- EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1991.
- EGYPTO, Luiz. O jornalista e o engraxate. **Observatório da Imprensa**. Ed. 989, 29.05.2018. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/homenagem-a-alberto-dines/o-jornalista-e-o-engraxate/>>. Acesso em: 06/08/2020.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro. EDUERJ: Contraponto, 1999.
- JAWSNICKER, Claudia. Cadernos de Jornalismo e Comunicação: iniciativa precursora de media criticism no Brasil. **ALCEU** - v.8 - n.16 - p. 150 a 158 - jan./jun. 2008.
- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.
- ROSCHEL, Renato. História. **Folha de S. Paulo**. Almanaque Folha. Banco Folha, São Paulo, 20??. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/folhetim_index.htm>. Acesso: 06/08/2020.
- SANTIAGO, Silviano. A crítica literária no jornal. **Nuevo texto crítico**. Vol. VII Nos 14-15, 1995. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/491703/pdf>>. Acesso em: 06/08/2020.
- SILVA, Francisco de Fátima da. **A Des-Construção da Crítica (Literária) de Tradução**: uma análise das resenhas críticas de tradução do caderno MAIS! Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 98. 2001.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. **Machado de Assis, crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes**. Dissertação (Mestrado em Letras - Estudos Literários) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 152. 2005.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes da. Machado de Assis e Lima Barreto, críticos da imprensa. **Anais do SILEL**. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SOUZA, Roberto Acízelo. Crítica literária: seu percurso e seu papel na atualidade. **Floema** – ano VII, n. 8, p. 29-38, 2011. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1803>>. Acesso em: 06/08/2020.